

**CONSELHO REGIONAL DE
CONTABILIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO – CRC/RJ**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**



Analista Jurídico

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA****A redução de carga de trabalho é apenas uma moda passageira?**

A semana de 4 dias e outros modelos de trabalho têm ganhado fama e se tornado tendência.

Nos últimos anos, muitas novidades e adaptações aconteceram no mercado de trabalho. Mudamos nosso jeito de trabalhar a partir dos avanços da tecnologia, tivemos a chance de escolher diferentes ambientes, cargas horárias flexíveis, *home office*, híbrido, entre outras experiências que deram certo e funcionaram para muitos colaboradores e empresas.

Agora, imagine trabalhar de segunda a quinta-feira e desfrutar de merecidas folgas na sexta, no sábado e no domingo? Bom, esta é uma prática que tem ganhado popularidade e vem sendo discutida entre muitas organizações, pois promove um equilíbrio saudável entre vida pessoal e profissional.

Uma pesquisa do portal de vagas *Empregos.com.br*, realizada em 2021, mostra que 81% dos profissionais entrevistados são a favor de trabalhar quatro dias por semana, no chamado esquema 4 x 3, enquanto 13% ainda têm dúvidas sobre o sistema – e somente 6% acham que a modalidade não funciona no país.

Além disso, um estudo do *site* de empregos *Indeed*, divulgado em junho, afirma que 85% dos entrevistados consideram que a semana de quatro dias úteis melhoraria a saúde mental e 86% dos participantes acreditam que a jornada menor traria um melhor equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. E ainda 75% dos trabalhadores concordariam em aumentar suas horas diárias de trabalho para terem uma semana de quatro dias.

Sem dúvidas, um dos principais benefícios de trabalhar de segunda a quinta é a oportunidade de ter um fim de semana prolongado, com três dias de folga consecutivos. Assim, os trabalhadores têm mais tempo para descansar, relaxar e desfrutar de atividades pessoais, permitindo recarregar as energias, diminuindo o estresse acumulado e desfrutando de momentos de lazer com a família e amigos.

No entanto, apesar das vantagens, muitas empresas parecem resistir à nova tendência. Apenas 4,9% das companhias que participaram da pesquisa da *Empregos.com* são a favor da jornada reduzida. Outros 25% se opõem e 71,1% não têm um posicionamento definido sobre o tema.

Trabalhar menos sem ter corte nos salários é algo que agrada qualquer colaborador, mas nem sempre as organizações conseguem enxergar as vantagens de tudo isso. Primeiro é sempre bom destacar que as empresas que oferecem uma jornada de quatro dias são mais disputadas pelos colaboradores. Além disso, esse tipo de oportunidade acontece no mundo inteiro e vem trazendo bons resultados.

Em 2019, a *Microsoft* testou o modelo de menor carga horária semanal durante o mês de agosto, no Japão, e o resultado foi o aumento da produtividade em 40%. Depois disso, outras empresas em vários países começaram a adotar, em fase de testes, menos um dia de trabalho na semana.

Na Bélgica, os profissionais podem escolher se trabalham quatro ou cinco dias por semana, mantendo a mesma carga horária total. No país, a jornada de trabalho semanal é de 38 horas. Porém, o colaborador pode trabalhar 45 horas numa semana e deduzir as extras na semana seguinte.

Na Inglaterra, a semana de quatro dias úteis começou a ser adotada em junho. O teste piloto envolve mais de 3 mil colaboradores de 70 empresas de diversos setores – que vão desde as companhias de tecnologia até restaurantes – e durará até dezembro.

Entre 2015 e 2019, 1% da população da Islândia passou a trabalhar em escala 4x3. No país, as jornadas semanais foram reduzidas de 40 para 35 ou 36 horas, mantendo a mesma remuneração. Por si só, a redução da carga de trabalho já é uma grande incentivadora à motivação, e a preocupação da empresa com o bem-estar de seus colaboradores se soma a tudo isso. Certamente, essa é uma nova tendência aqui no Brasil.

Há muitos desafios antes que essa proposta seja uma realidade por aqui. Não há uma expectativa, pelo menos no médio prazo, para regulamentar a semana de jornada menor sem afetar a remuneração.

O que vemos é um experimento que começará a partir de novembro deste ano e terá duração de seis meses – até abril de 2024. O “*4-Day Week Global*” (quatro dias por semana), realizado em parceria com a *Reconnect Happiness at Work*, testa ao redor do mundo a modalidade de jornada em que o profissional recebe 100% do salário trabalhando 80% do tempo em troca de um compromisso de manter 100% de produtividade (modelo que ficou conhecido como 100-80-100). Sem dúvida, estamos diante de algo que está longe de ser uma moda passageira. Pelo contrário, cada vez mais veremos empresas precisando se adaptar e a testar o 4x3.

(Disponível em: <https://exame.com/bussola/a-reducao-de-carga-de-trabalho-e- apenas-uma-moda-passageira/>. Acesso em: 01/08/2023.)

Questão 01

“Bom, esta é uma prática que tem ganhado popularidade e vem sendo discutida entre muitas organizações [...]” (2º§). Sobre a forma verbal “vem”, no trecho em análise, assinale a afirmativa correta.

- A) A flexão do verbo “vir” está correta, pois concorda com o sujeito simples “popularidade”.
- B) A flexão do verbo “vir” está correta, pois concorda com o núcleo do sujeito simples que é “prática”.
- C) Conforme o contexto em análise, a flexão correta do verbo “vir”, terceira pessoa do singular, deveria ser “veem”.
- D) O verbo “vir”, na terceira pessoa do singular, deve receber acento circunflexo; portanto, a flexão “vem”, neste contexto, está incorreta.

Questão 02

No trecho “[...] tivemos a chance de escolher diferentes ambientes, cargas horárias flexíveis, home office, híbrido, entre outras experiências que deram certo e funcionaram para muitos colaboradores e empresas.” (1º§), as vírgulas foram usadas para

- A) marcar aposto explicativo.
- B) separar orações independentes.
- C) separar o verbo e o seu complemento.
- D) separar termos com a mesma função sintática.

Questão 03

Em “Bom, esta é uma prática que tem ganhado popularidade e vem sendo discutida entre muitas organizações, pois promove um equilíbrio saudável entre vida pessoal e profissional.” (2º§), os termos sublinhados estabelecem relações que contribuem para o entendimento do trecho. Assinale a alternativa que apresenta, sequencialmente, as relações corretas desses termos.

- A) Oposição e causa.
- B) Adição e conclusão.
- C) Acréscimo e explicação.
- D) Oposição e consequência.

Questão 04

Em relação à concordância verbal no contexto de números percentuais, analise os seguintes trechos:

- I. *“E ainda 75% dos trabalhadores concordariam em aumentar suas horas diárias de trabalho [...]” (4º§)*
- II. *“[...] e somente 6% acham que a modalidade não funciona no país.” (3º§)*

Assinale a afirmativa que apresenta a justificativa correta quanto à concordância nas duas situações analisadas.

- A) Nas duas situações, o verbo pode ficar no singular ou no plural.
- B) Nas duas situações, os verbos deveriam permanecer no singular por terem números que indicam porcentagem como sujeitos. Portanto, a concordância está incorreta.
- C) Na primeira situação, o verbo pode concordar com o número ou com o substantivo que se refere à porcentagem. Na segunda situação, o verbo deveria ficar no singular, pois não existe um substantivo explícito acompanhando a porcentagem.
- D) No trecho I, o verbo concorda com o substantivo mais próximo, “trabalhadores”, e com o percentual. No trecho II, devido à ausência de substantivo explícito acompanhando a porcentagem, é preciso fazer a concordância com o número percentual, portanto, o verbo está corretamente flexionado no plural.

Questão 05

Quanto ao uso da crase em “No entanto, apesar das vantagens, muitas empresas parecem resistir à nova tendência.” (6º§) é correto afirmar que

- A) o emprego está incorreto, pois o verbo “resistir” é intransitivo.
- B) o emprego está incorreto, pois não se usa crase diante de adjetivo.
- C) a crase está corretamente empregada, pois o verbo “resistir” é transitivo direto e vem acompanhado de uma palavra feminina.
- D) a crase está corretamente empregada, pois o verbo “resistir” é transitivo indireto e vem acompanhado de uma palavra feminina.

Questão 06

Analise: “Trabalhar menos sem ter corte nos salários é algo que agrada qualquer colaborador, mas nem sempre as organizações conseguem enxergar as vantagens de tudo isso.” (7º§). O trecho sublinhado estabelece com o trecho anterior uma relação independente de

- A) conclusão.
- B) explicação.
- C) alternância.
- D) contradição.

Questão 07

Sobre o uso do verbo haver em “*Há muitos desafios antes que essa proposta seja uma realidade por aqui.*” (12º§), assinale a afirmativa correta.

- A) O verbo “haver” deveria estar na terceira pessoa do plural, pois apresenta significado de “obter”.
- B) O verbo “a ver” deveria estar na terceira pessoa do plural para concordar com “muitos desafios” que está no plural.
- C) O verbo “a ver” está empregado na terceira pessoa do singular concordando com o núcleo do sujeito “proposta” como o verbo “seja”.
- D) O verbo “haver”, nesse contexto, não tem sujeito e apresenta sentido de “existir”, por isso está flexionado corretamente na terceira pessoa do singular.

Questão 08

Em “*Em 2019, a Microsoft testou o modelo de menor carga horária semanal durante o mês de agosto, no Japão, e o resultado foi o aumento da produtividade em 40%. Depois disso, outras empresas em vários países começaram a adotar, em fase de testes, menos um dia de trabalho na semana.*” (8º§), as formas verbais sublinhadas estão flexionadas no tempo:

- A) Pretérito perfeito.
- B) Futuro do presente.
- C) Futuro do pretérito.
- D) Pretérito imperfeito.

Questão 09

A respeito das informações apresentadas no texto, assinale a afirmativa correta.

- A) Alguns dos entrevistados concordam com a redução salarial para adesão da modalidade 4x3.
- B) A maioria das empresas entrevistadas não concorda com a redução da carga horária de trabalho.
- C) Um dos motivos da Islândia ter adotado a escala 4x3 é a preocupação com o bem-estar de seus funcionários.
- D) Apesar da modalidade de trabalho 4x3 trazer benefícios aos funcionários, há trabalhadores que não aceitam esse esquema de trabalho.

Questão 10

As ideias apresentadas se relacionam favorecendo a construção de sentido do texto. Para que isso ocorra, o autor utiliza de palavras e expressões que ligam as informações entre si. A expressão “além disso” é usada para estabelecer uma dessas relações. Veja: “*Além disso, um estudo do site de empregos Indeed, divulgado em junho, afirma que 85% dos entrevistados consideram que a semana de quatro dias úteis melhoraria a saúde mental [...]*” (4º§). A expressão “além disso” pode ser substituída, mantendo o sentido original do trecho, por:

- A) Logo.
- B) Embora.
- C) Ademais.
- D) Entretanto.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Certo Conselho Regional de Contabilidade possui, atualmente, 110 computadores que estão instalados em 2 andares. Rodrigo é técnico em informática e está atualizando o sistema desses computadores. A tabela a seguir resume o seu desempenho até então:

Andar	Computadores atualizados	
	Sim	Não
Primeiro	23	41
Segundo	19	27

Considere os seguintes eventos:

- A: Selecionar um computador do segundo andar.
- B: Dentre os computadores que tiveram os seus sistemas atualizados, selecionar um computador instalado no primeiro andar.
- C: Dentre os computadores instalados no segundo andar, selecionar um computador que ainda não recebeu a atualização do seu sistema.

Denotando por P a probabilidade de ocorrência dos eventos descritos anteriormente, é correto afirmar que:

- A) $P(A) < P(B) < P(C)$
- B) $P(A) < P(C) < P(B)$
- C) $P(B) < P(A) < P(C)$
- D) $P(C) < P(B) < P(A)$

Questão 12

Em determinada repartição pública no ano de 2022, o número de computadores estragados no mês x é dado pelo valor da função $f(x) = -x^2 + 12x - 27$, em que $x = 1, 2, \dots, 12$. Considere que houve computadores estragados somente nos meses em que $f(x) > 0$. Dessa forma, no ano de 2022, em quantos meses foi registrada a ocorrência de computadores estragados?

- A) 4.
- B) 5.
- C) 6.
- D) 7.

Questão 13

Os servidores do setor de processos de um Conselho Regional de Contabilidade fizeram um orçamento de R\$ 160,00 em uma padaria para a compra de bolo e salgados, com o objetivo de festejar os aniversariantes do mês. O valor total será dividido igualmente entre todos os servidores do setor. Por razões pessoais, 2 servidores não puderam participar da celebração e foram retirados do rateio. Com isso, foi necessário adicionar R\$ 4,00 no valor que seria pago por cada servidor anteriormente. Quantos servidores trabalham no setor?

- A) 10.
- B) 12.
- C) 14.
- D) 16.

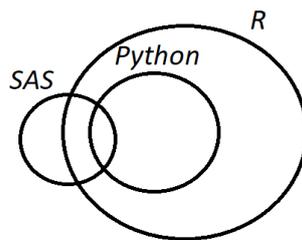
Questão 14

Ao compilar um código em seu computador, o analista de sistemas observou a existência de X erros que precisam ser solucionados um a um. Na primeira hora de trabalho, ele solucionou 12 erros. Na segunda hora de trabalho, um terço dos erros restantes foram solucionados. Na terceira hora de trabalho, metade dos erros restantes foram solucionados. Considerando que ainda restam 18 erros para serem solucionados, qual o valor de x ?

- A) 54.
- B) 66.
- C) 78.
- D) 90.

Questão 15

A empresa de Ricardo está contratando um analista de sistemas e ele está analisando os currículos de todos os candidatos. Em relação ao conhecimento dos candidatos sobre as linguagens de programação R , $Python$ e SAS , Ricardo representou o resultado no seguinte diagrama de Venn:



Considerando que cada círculo representa o conjunto com os candidatos que possuem o conhecimento da linguagem assinalada, pode-se concluir que:

- A) Nenhum candidato conhece as três linguagens de programação.
- B) Existem candidatos que conhecem apenas as linguagens SAS e $Python$.
- C) Todos os candidatos que conhecem a linguagem R também conhecem a linguagem $Python$.
- D) Todos os candidatos que conhecem a linguagem $Python$ também conhecem a linguagem R .

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 16

O que é um *firewall* em termos de redes de computadores?

- A) Protocolo para transferência de arquivos entre dispositivos.
- B) *Hardware* usado para conectar computadores em uma rede local.
- C) *Software* empregado para detectar e remover vírus de computador.
- D) Sistema de segurança que controla o tráfego de rede, permitindo ou bloqueando comunicações com base em regras definidas.

Questão 17

Um computador é um dispositivo eletrônico que pode receber, armazenar, processar um conjunto de instruções predefinidas usando tanto *hardware* quanto *software* e, ainda, produzir saídas. Considerando que a máquina completa é capaz de executar uma variedade de funções, desde processamento de informações até realização de cálculos complexos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Plotter: dispositivo de entrada de dados.
- II. Placa de vídeo: componente de *hardware*.
- III. Memória RAM: memória volátil de leitura e escrita.
- IV. HD (Hard Disk): memória principal do computador.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

Questão 18

Na aba “Revisão” do *Word 2013*, há uma opção chamada “Comparar”. A função deste recurso no *Word 2013* consiste em comparar:

- A) Estilos de formatação de texto.
- B) Diferentes modelos de documentos.
- C) Tamanhos de fonte em diferentes parágrafos.
- D) Diferenças entre duas versões do mesmo documento.

Questão 19

Todas as pastas e arquivos têm certas propriedades que descrevem ou determinam como eles podem ser utilizados. Nas propriedades de um arquivo, a opção que permite restringir o acesso a determinados usuários ou grupos é:

- A) Segurança.
- B) Criptografia.
- C) Proprietário.
- D) Compartilhamento avançado.

Questão 20

Tendo em vista que a segurança da informação, fundamental para proteger dados sensíveis e confidenciais contra possíveis ameaças e ataques cibernéticos, envolve medidas de prevenção, detecção e resposta, além de conscientização e treinamento dos usuários, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Spyware: aplicativo usado para prevenir a espionagem de dados e informações confidenciais.
- () Antivírus: *software* responsável por detectar e remover *malware* de um sistema computacional.
- () VPN: aplicativo que bloqueia anúncios em navegadores, aumentando a segurança *on-line*.
- () IDS: aplicativo que monitora o tráfego da rede bloqueando *sites* perigosos.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) F, V, F, F.
- C) V, F, V, V.
- D) F, F, F, F.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Questão 21

A respeito das pessoas jurídicas que integram a estrutura da Administração Pública indireta, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () As empresas públicas podem adotar qualquer forma societária, desde que o capital majoritário esteja concentrado no domínio da Administração Pública.
- () As fundações públicas criadas por lei seguem o regime jurídico de direito público.
- () A contratação no âmbito das autarquias profissionais se efetiva sob o regime celetista.
- () O Banco Central do Brasil é uma espécie de autarquia em regime especial.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, F.
- B) V, F, F, F.
- C) F, V, V, V.
- D) F, F, F, V.

Questão 22

Sobre organização administrativa, assinale a afirmativa correta.

- A) A descentralização funcional ocorre com a celebração de contratos entre a Administração Pública e particulares.
- B) A criação de uma autarquia profissional configura espécie de descentralização do serviço público por meio de outorga.
- C) A desconcentração administrativa se efetiva com a criação de novas pessoas jurídicas, as quais integrarão a estrutura da Administração Pública indireta.
- D) A descentralização da prestação de serviços públicos poderá ocorrer por outorga ou delegação de serviços, sendo que em ambas as modalidades verifica-se a transferência da titularidade e da execução do serviço público.

Questão 23

A Constituição Federal de 1988, ao tratar sobre os direitos fundamentais, estabeleceu garantias ao seu exercício. Considerando estas garantias fundamentais, assinale a afirmativa correta.

- A) A legitimação à propositura da ação popular se demonstra com a comprovação da nacionalidade brasileira.
- B) O *habeas corpus* é sempre repressivo, pois exige a efetivação da restrição da liberdade de locomoção do indivíduo.
- C) O mandado de segurança ampara direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sendo cabível apenas de forma individual.
- D) O mandado de injunção é cabível quando demonstrada a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de alguns direitos e liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade; à soberania; e, à cidadania.

Questão 24

Sobre os direitos trabalhistas estabelecidos na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os trabalhadores que realizam tarefas fora do horário normal de trabalho fazem jus a remuneração superior, no mínimo, em cinquenta por cento à da hora normal de trabalho.
- II. Aqueles que exercem atividades consideradas penosas, insalubres, perigosas ou degradantes têm direito a um adicional de remuneração.
- III. A Constituição Federal veda, de forma expressa, a diferenciação salarial por questões envolvendo o estado civil das pessoas.
- IV. É absoluta a vedação à admissão de emprego a menor de dezesseis anos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.

Questão 25

Tendo em vista que a Constituição Federal de 1988 estabelece ser atribuição do Congresso Nacional a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, assinale a afirmativa correta.

- A) O Congresso Nacional exerce controle interno e é auxiliado pelo Tribunal de Contas da União.
- B) As Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas Municipais poderão dispor sobre seus respectivos Tribunais de Contas.
- C) Para denunciar irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas da União é necessário comprovar a cidadania brasileira.
- D) O Tribunal de Contas da União é composto por nove Ministros, dos quais um terço será escolhido pelo Presidente da República, com aprovação do Senado, e dois terços pelo Congresso Nacional.

Questão 26

Karine, aprovada em primeiro lugar no concurso público do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, foi convocada para assumir o cargo e, dentre o rol de documentos exigidos, verificou que constava a apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a qual deveria, inclusive, ser atualizada periodicamente junto ao Conselho. Indignada com a suposta invasão de sua privacidade, Karine indagou ao seu irmão, Caio, advogado, qual a periodicidade de atualização de tal informação e qual seria a consequência, caso viesse a se recusar a apresentá-la. Caio, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, orientou Karine corretamente que a informação solicitada

- A) deveria ser atualizada a cada cinco anos e que, caso se recusasse a prestar a declaração, estaria sujeita à pena de suspensão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- B) deveria ser atualizada anualmente e que, caso se recusasse a prestar a declaração, estaria sujeita à pena de demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- C) deveria ser atualizada a cada cinco anos e que, caso se recusasse a prestar a declaração, estaria sujeita à pena de advertência, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- D) segundo a referida Lei, deveria ser atualizada anualmente; porém, há precedente do Supremo Tribunal Federal invalidando a exigência de apresentação de tal documento por ferir o direito fundamental de privacidade.

Questão 27

Silvana, analista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, se deparou com as seguintes afirmativas em expediente tramitando perante o setor de compras:

- I. É dispensável a licitação nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
- II. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar, ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- III. O instrumento de contrato é obrigatório em todas as contratações previstas na nova Lei de Licitações.
- IV. Para fins da nova Lei de Licitações, considera-se termo de referência o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, e dá base ao projeto básico a ser elaborado caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 28

Maria, diretora de órgão de alto escalão no organograma do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, encontra-se assoberbada de serviço, com alta demanda de trabalho. Solicita, então, orientação de sua assessoria a respeito da possibilidade de delegação de sua competência, nos termos da Lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Nos termos da referida Lei, é correto afirmar que:

- A) A delegação somente pode ocorrer para órgãos que lhe sejam hierarquicamente subordinados.
- B) Poderão ser objeto da delegação a decisão de recursos administrativos, mas não a edição de atos de caráter normativo.
- C) Após a sua formalização, mediante publicação em meio oficial, o ato de delegação não poderá ser revogado durante o tempo que nele for especificado.
- D) O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

Questão 29

De acordo com o que dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, analise as afirmativas a seguir.

- I. As autarquias, tal qual o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, não se subordinam ao regime da Lei de Acesso à Informação.
- II. A referida Lei prevê que, no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de dez dias a contar da sua ciência.
- III. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) II e III.

Questão 30

Humberto, analista de tecnologia da informação, foi consultado pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC) acerca da aplicabilidade da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), no âmbito do referido Conselho Profissional. Assinale, a seguir, uma orientação correta fornecida por Humberto para a definição da política da instituição segundo a Lei.

- A) Não é possível a transferência internacional de dados pessoais para países ou organismos internacionais.
- B) É vedado, em qualquer hipótese, transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso.
- C) Por ser autarquia e não integrante da Administração direta da União, o regime da lei não se aplica ao CRC, a despeito da necessidade deste manter política própria para tal fim.
- D) Ao realizar tratamento de dados pessoais, deverá indicar um encarregado, assim entendido como a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 31

Em relação à composição, competência e receitas dos Conselhos de Contabilidade, analise as afirmativas a seguir.

- I. O CFC é constituído por vinte e sete conselheiros efetivos e respectivos suplentes com registro ativo.
- II. O número de conselheiros e suplentes dos CRCs são definidos de acordo com o número de profissionais com registro ativo em sua jurisdição.
- III. Ao CFC compete cobrar, arrecadar e executar as anuidades, bem como preços de serviços e multas.
- IV. A subordinação hierárquica dos CRCs ao CFC, estabelecida pela legislação vigente, efetiva-se pela exata e rigorosa observância de suas determinações.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.

Questão 32

João Henrique, conselheiro recém-empossado no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, é contador habilitado e regular junto a este CRC. Em um congresso de contabilidade, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, João foi abordado por um participante do evento, que o entregou uma pasta com diversos brindes, como bloco de anotações, caneta, calendário e marcador de livro – todos contendo a logo do escritório CAR Contabilidade. Após o retorno à sede do CRC-RJ, João descobriu que o proprietário do escritório, Carlos Alberto Rodrigues, estava em processo de julgamento no Tribunal Regional de Ética e Disciplina, ainda não transitado em julgado. Considerando a situação hipotética, com base no Código de Conduta para Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Regionais de Contabilidade, assinale a afirmativa correta quanto à conduta de João Henrique.

- A) É vedado receber, para si ou para outrem, doação, brindes, presentes ou vantagens de qualquer natureza, de pessoa física ou jurídica interessada nas atribuições do conselheiro.
- B) Caberá ao Conselho Federal de Contabilidade a instituição de uma comissão de conduta para análise da infração cometida por João Henrique, por se tratar de um conselheiro do CRC-RJ.
- C) Por serem distribuídos a título de propaganda, no contexto de um evento especial, os brindes recebidos por João Henrique não se enquadram nas vedações estabelecidas no Código de Conduta.
- D) Caso soubesse anteriormente da existência do processo de julgamento no Tribunal Regional de Ética, João Henrique tinha o dever ético de comunicar ao CRC-RJ sobre a presença de Carlos Alberto em um congresso de contabilidade, além de emitir e entregar um documento denominado Censura Ética.

Questão 33

A Resolução CRC-RJ nº 622, de 17 de julho de 2023, aprova o novo regulamento do plano de cargos e salários e o quadro funcional do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ). Dentre as principais disposições, a norma trata do regime jurídico, do quadro funcional permanente, dos cargos comissionados e funções gratificadas, além dos requisitos e das atribuições dos cargos. Considerando a referida Resolução, assinale a afirmativa correta.

- A) O quadro funcional do CRC-RJ é regido pelo regime estatutário.
- B) O candidato aprovado no processo de seleção do CRC-RJ passará por contrato de experiência, que não poderá ter prazo superior a noventa dias.
- C) A progressão dos funcionários do CRC-RJ se dá por antiguidade, que decorre de forma sequencial, nível a nível, até atingir o limite do nível em que está enquadrado, não sendo admitida a progressão por merecimento.
- D) É vedada a nomeação para exercer cargo comissionado ou função gratificada de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive de Conselheiros do CRC-RJ, ainda que o funcionário seja ocupante de cargo efetivo do CRC-RJ.

Questão 34

Carlos Eduardo é contador, com registro profissional regular no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ); exerce suas atividades contábeis esporadicamente, sendo sua principal fonte de renda a docência universitária. Após alguns anos exercendo ambas as atividades conjuntamente, passou no concurso em uma universidade com regime de dedicação exclusiva, fato que o motivou a não mais exercer as atividades inerentes à profissão contábil, pelo menos temporariamente. “Nesta situação, Carlos Eduardo deve encaminhar um requerimento dirigido ao CRC-RJ solicitando _____ do registro profissional.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) a baixa
- B) a suspensão
- C) a interrupção
- D) o cancelamento

Questão 35

O Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade foi instituído pela Resolução CFC nº 1.523, de 7 de abril de 2017. Em relação aos direitos, deveres, vedações e penalidades do conselheiro, do colaborador e do funcionário dos Conselhos, analise as afirmativas a seguir.

- I. É um dever: guardar sigilo sobre informações confidenciais e privativas a que tiver acesso, inerentes ao cargo ou função, ou mesmo de natureza pessoal de colegas e subordinados que só a eles digam respeito.
- II. É vedado: deixar de utilizar os avanços tecnológicos ou científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para a realização eficiente do seu trabalho.
- III. Dentre os deveres no exercício do trabalho remoto, destaca-se: não agir de maneira desidiosa, desatenta ou descompromissada.
- IV. As condutas que possam configurar violação a tal normativa, decorrentes de ofício ou em razão de denúncias fundamentadas, serão apuradas pelas comissões de conduta do respectivo Conselho.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 36

Os Conselhos de Contabilidade são autarquias especiais, dotadas de personalidade jurídica de direito público e forma federativa, prestando serviço de natureza pública e com estrutura, organização e funcionamento estabelecidos pela Resolução CFC nº 1.612, de 11 de fevereiro de 2021. São organizados e dirigidos pelos próprios profissionais da contabilidade e mantidos por estes e pelas organizações contábeis, com independência e autonomia, sem qualquer vínculo funcional, técnico, administrativo ou hierárquico com qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta. Especificamente os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) têm princípios de organização e estrutura estabelecidos pelo CFC, ao qual se subordinam, sendo eles autônomos no que se refere à administração de seus serviços, à gestão de seus recursos, ao regime de trabalho e às relações empregatícias, observadas as normas editadas pelo CFC. São consideradas competências inerentes aos CRCs:

- A) Regular e supervisionar o registro, a fiscalização do exercício da profissão.
- B) Elaborar, aprovar e alterar as Normas Brasileiras de Contabilidade de Natureza Técnica e Profissional.
- C) Regular sobre o Exame de Suficiência Profissional, como requisito para concessão do registro profissional.
- D) Processar, conceder, organizar, manter, baixar, revigorar e cancelar os registros de contador, técnico em contabilidade e organização contábil.

Questão 37

Entre as atribuições dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) está a expedição e registro profissional dos contadores e das organizações contábeis, sendo obrigatório às empresas ou a quaisquer organizações que explorem ramo dos serviços contábeis o registro ativo no CRC da respectiva jurisdição. Considerando o registro das organizações contábeis, assinale a afirmativa correta.

- A) Poderá ser concedido registro, em Conselho Regional de Contabilidade, a pessoa jurídica constituída sob forma de Sociedade Anônima (S/A).
- B) Para a execução de serviços em jurisdição diversa daquela onde a organização contábil possui seu registro cadastral é obrigatória a solicitação de registro transferido.
- C) Quando da abertura de empresa filial à organização contábil, deve ser solicitada a concessão de um novo registro originário ao CRC da jurisdição na qual se encontra localizada.
- D) Somente será concedido registro a organizações que tiverem a atividade contábil entre seus objetivos, e quando os profissionais da contabilidade forem detentores da maioria do capital social.

Questão 38

Os órgãos e as entidades públicas devem assegurar às pessoas o direito de acesso à informação, que deve ser proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da Administração Pública e as diretrizes previstas na Lei de Acesso à Informação. A legislação estabelece diversos procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo. Sobre a regulamentação do acesso à informação, assinale a afirmativa correta.

- A) A divulgação em sítios na *Internet* de informações de interesse coletivo produzidas pelos órgãos e entidades é denominada transparência passiva.
- B) Caso seja negado o pedido de acesso à informação, será enviada comunicação ao requerente contendo razões da negativa de acesso e seu fundamento legal, não cabendo recurso.
- C) As informações pessoais terão acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e pessoa a que se referirem, não havendo prerrogativas legais para pedido de acesso a elas.
- D) Compete ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação ou o encaminhamento à unidade responsável.

Questão 39

A Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal e dá outras providências. Com base no acesso à informação de que trata a normativa, analise as afirmativas a seguir.

- I. Quando não fundamentada, a negativa de acesso às informações sujeitará o responsável a medidas disciplinares.
- II. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos na Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente, os motivos determinantes da solicitação e a especificação da informação requerida.
- III. O órgão ou a entidade poderá cobrar exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados, quando o serviço de busca e de fornecimento da informação exigir reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada.
- IV. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação são: I – ultrassecreta: cem anos; II – secreta: quinze anos; e, III – reservada: cinco anos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 40

Determinado agente público concedeu, indevidamente, benefício fiscal a um contribuinte, sem observar as formalidades estabelecidas em lei. A situação descrita se enquadra dentre os atos de improbidade administrativa que

- A) causam prejuízo ao erário.
- B) importam enriquecimento ilícito.
- C) atentam contra os princípios da Administração Pública.
- D) decorrem de concessão indevida de benefício tributário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 41

O CRC-RJ está promovendo um concurso público para o preenchimento de vagas de analista jurídico. Tal concurso foi convocado seguindo os ditames legais. Neste sentido, quais dos princípios constitucionais expressos, do direito administrativo, estão sendo aplicados durante este processo?

- A) Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade; e, Eficiência.
- B) Impessoalidade; Publicidade e Eficiência; Legalidade e Moralidade não são aplicados.
- C) Legalidade; Publicidade e Moralidade; Impessoalidade e Eficiência não são aplicados.
- D) Legalidade; Impessoalidade e Publicidade; Moralidade e Eficiência não são aplicados.

Questão 42

As autarquias, segundo seu regime jurídico, possuem certos direitos concedidos pela legislação a entes públicos, dentre os quais, exemplificativamente, podemos citar o prazo processual em dobro para todas as manifestações processuais. Podemos justificar este fato como sendo uma

- A) expressão do princípio constitucional da igualdade.
- B) aplicação direta da máxima jurídica *exceptio non adimpleti contractus*.
- C) condição especial decorrente da supremacia do interesse público sobre o privado.
- D) aplicação do Regime Jurídico deferido da Administração Pública, justificado pela incapacidade estatal.

Questão 43

Certo indivíduo requereu ao Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro um documento, no qual indicasse que ele faz parte dos quadros do CRC, não existindo processos administrativos abertos contra ele, qualquer punição que conste dos seus registros e que está em dia com seus pagamentos. O documento a ser produzido decorre de ato administrativo, o qual pode ser classificado como

- A) vinculado e constitutivo.
- B) vinculado e declaratório.
- C) discricionário e declaratório.
- D) discricionário e constitutivo.

Questão 44

A legislação brasileira referente às licitações, notadamente, Lei nº 14.133/2021, estabelece certas situações nas quais a licitação não é exigível. Sobre a inexigibilidade de licitação, assinale a afirmativa correta.

- A) É inexigível a licitação para a aquisição ou locação de imóvel, cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha. Trata-se de avaliação discricionária da Administração Pública e pode se realizar mesmo se existir imóvel público vago e disponível que atenda o objeto.
- B) É inexigível a licitação para a aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços, que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos, sendo possível ao Estado demonstrar esta situação por uma questão de preferência por marca específica do item a ser licitado.
- C) É inexigível a licitação para contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, sendo, inclusive, possível a contratação direta, sem a licitação, através de empresário com representação restrita ao evento que esteja sendo organizado.
- D) É inexigível a licitação para a contratação de serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização para a restauração de obras de arte e bens de valor histórico. Para tanto, cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Questão 45

Os contratos públicos são regidos por normas e princípios que extrapolam as regras gerais dos contratos. Podemos chamá-las de “cláusulas exorbitantes” dos contratos públicos. A Lei nº 14.133/2021, quando se refere aos contratos, por exemplo, dispõe no Art. 124, inciso I, regras relativas à alteração unilateral dos contratos pela Administração Pública. Dentro deste escopo, nos limites e regras estabelecidas por tal legislação, o contratado será obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até qual percentual do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras?

- A) 10%.
- B) 25%.
- C) 50%.
- D) 100%.

Questão 46

Marduk é analista jurídico do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro e recebe consulta sobre conflito entre normas legais e a Constituição Federal, bem como de que maneira resolver a questão. Nos termos da interpretação das normas constitucionais, em caso de conflito entre normas, prevalece o Princípio da

- A) Adequação da Constituição.
- B) Flexibilidade Constitucional.
- C) Supremacia da Constituição.
- D) Melhor Opção Constitucional.

Questão 47

Nabu é advogado e foi contratado por contador para requerer perante o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ) acesso ao procedimento instaurado em seu desfavor, sob a alegação de desvios éticos. Após realizar o ato para o qual foi contratado, recebe informação do analista jurídico Anu de que o referido procedimento estaria protegido pelo sigilo e não poderia ser disponibilizado ao requerente. Diante dos fatos e entendendo que seu acesso caracteriza direito líquido e certo, consoante às normas constitucionais, deve o contador apresentar:

- A) Ação popular.
- B) Habeas corpus.
- C) Ação de injunção.
- D) Mandado de segurança.

Questão 48

Baaz atua como analista jurídico do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ) e recebe como encargo consulta sobre a atuação do Conselho Nacional de Justiça, tendo em vista a necessidade do Conselho apresentar medida contra servidor do Poder Judiciário. Nos termos da Constituição Federal, a função de Ministro-Corregedor do Conselho Nacional de Justiça será exercida por:

- A) Juiz do Tribunal Regional Federal.
- B) Juiz do Tribunal Regional do Trabalho.
- C) Desembargador do Tribunal de Justiça.
- D) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Questão 49

Eesho é economista e apresenta ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ) proposta de curso para treinamento dos servidores com aspectos de ciência política e direito constitucional, organizando o corpo docente com profissionais de várias áreas, inclusive de contabilidade pública. Um dos temas a ser objeto de discussão está relacionado à defesa do Estado e das instituições democráticas. Nos termos da Constituição Federal, o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública, decretar estado de

- A) sítio.
- B) defesa.
- C) exceção.
- D) emergência.

Questão 50

Gabbara é vereador vinculado ao município XK e apresenta projeto de lei do interesse dos contadores. Para analisar a constitucionalidade da medida, foi designado certo analista jurídico do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ) que apresentou estudo indicando controvérsia quanto ao assunto tratado no projeto de lei municipal, bem como que leis estaduais com idêntico teor teriam sido declaradas inconstitucionais. Nos termos da Constituição Federal, o controle concentrado de constitucionalidade que, através da ação direta, atinge as normas federais e estaduais, é competência do:

- A) Superior Tribunal Militar.
- B) Supremo Tribunal Federal.
- C) Superior Tribunal de Justiça.
- D) Superior Tribunal Administrativo.

Questão 51

Os direitos de vizinhança referem-se ao conjunto de normas legais que estabelecem as regras de convivência entre proprietários de imóveis vizinhos. Essas normas visam garantir um ambiente harmonioso e respeitoso entre as propriedades, prevenindo conflitos e assegurando que cada indivíduo possa usufruir de seu imóvel sem prejudicar os direitos dos demais. Considerando o direito de construir, assinale a afirmativa correta.

- A) É lícito encostar à parede divisória chaminés, fogões, fornos ou quaisquer aparelhos ou depósitos suscetíveis de produzir infiltrações ou interferências prejudiciais ao vizinho.
- B) É permitida a execução de qualquer obra ou serviço suscetível de provocar desmoronamento ou deslocação de terra, ou que comprometa a segurança do prédio vizinho, senão após haverem sido feitas as obras acautelatórias.
- C) O confinante, que primeiro construir, pode assentar a parede divisória até meia espessura no terreno contíguo, sem perder por isso o direito a haver meio valor dela se o vizinho a travejar, caso em que o primeiro fixará a largura e a profundidade do alicerce.
- D) O possuidor pode, no lapso de ano e dia após a conclusão da obra, exigir que se desfaça janela, sacada, terraço ou goteira sobre o seu prédio; escoado o prazo, não poderá, por sua vez, edificar sem atender ao disposto no artigo antecedente, nem impedir, ou dificultar, o escoamento das águas da goteira, com prejuízo para o prédio vizinho.

Questão 52

A aceitação e a renúncia da herança são procedimentos legais relacionados à sucessão, que diz respeito à transferência dos bens, direitos e obrigações de uma pessoa falecida para seus herdeiros. Ambos os processos têm implicações significativas para os sucessores e envolvem considerações legais e financeiras importantes. Considerando os referidos institutos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não exprimem aceitação de herança os atos oficiosos, como o funeral do finado, os meramente conservatórios, ou os de administração e guarda provisória.
- II. A renúncia da herança deve constar expressamente de instrumento privado ou termo judicial.
- III. Ninguém pode suceder, representando herdeiro renunciante. Se, porém, ele for o único legítimo da sua classe, ou se todos os outros da mesma classe renunciarem à herança, poderão os filhos vir à sucessão, por direito próprio, e por cabeça.
- IV. São revogáveis os atos de aceitação ou de renúncia da herança.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) II e IV.

Questão 53

A transmissão das obrigações refere-se ao processo pelo qual as obrigações estabelecidas em um contrato ou em uma relação jurídica são transferidas de uma parte para outra, seja de forma voluntária ou involuntária. Isso pode ocorrer de diversas maneiras, e entender como ocorre a transmissão é essencial para compreender as dinâmicas legais envolvidas em uma variedade de situações. Uma das espécies da transmissão das obrigações é a cessão de crédito. Em relação à referida cessão, assinale a afirmativa correta.

- A) O credor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.
- B) O credor pode ceder o seu crédito, se a isso se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação.
- C) Na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu; a mesma responsabilidade lhe cabe nas cessões por título gratuito, se tiver procedido de má-fé.
- D) Fica obrigado ao devedor que, antes de ter conhecimento da cessão, pagar ao credor primitivo, ou que, no caso de mais de uma cessão notificada, pagar ao cessionário que lhe apresenta, com o título de cessão, o da obrigação cedida; quando o crédito constar de escritura pública prevalecerá a prioridade da notificação.

Questão 54

Após ter tido negado pedido de compensação tributária, certo contribuinte sofreu sanção automática na forma de multa com base em previsão legal. A norma que estipula multa, no caso em que o pedido de homologação de compensação não é atendido:

- A) Representa obstáculo ao exercício de seu direito de petição.
- B) É adequada para coibir fraudes, falsidade ou abuso de direito.
- C) Atende ao teste da necessidade para a proteção dos interesses do fisco.
- D) Cumpre suas funções pedagógica e preventiva sem implicar insegurança jurídica.

Questão 55

Ente da federação decidiu reduzir, por tempo indeterminado, a alíquota de imposto para alguns setores da indústria local. Posteriormente, foi editado ato normativo que revogou o benefício. A previsão contida neste ato produz efeitos

- A) imediatamente.
- B) no exercício financeiro seguinte desde que decorridos 90 dias de sua publicação.
- C) decorridos 90 dias da sua publicação independentemente do exercício financeiro.
- D) no exercício financeiro seguinte independentemente do número de dias decorridos de sua publicação.

Questão 56

Há diversos institutos jurídicos que preservam o direito da Fazenda de buscar a satisfação dos seus créditos tributários, considerando suas garantias e privilégios. Sobre esta ótica, na hipótese de fraude à execução,

- A) o marco inicial é a inscrição em dívida ativa, independentemente do executivo fiscal.
- B) é imprescindível a prévia citação do alienante do bem no processo judicial para sua caracterização.
- C) é necessário o registro da penhora do bem alienado ou a prova da má-fé do terceiro adquirente para a configuração de fraude.
- D) a presunção de fraude pela alienação de bens por quantia inscrita em dívida ativa pelo sujeito passivo independe se há reserva de meios para quitação do débito.

Questão 57

Em decorrência da prática de infração, determinado contribuinte foi autuado pela autoridade fiscal. Após apresentar defesa administrativa com o objetivo de impugnar a penalidade, ele obteve a redução do valor da multa lavrada no auto de infração. Assim, com a decisão, houve a alteração de:

- A) Crédito tributário.
- B) Obrigação tributária.
- C) Fato gerador do tributo.
- D) Hipótese de incidência do tributo.

Questão 58

Os preceitos que regulam o trabalho masculino são aplicáveis ao trabalho feminino, naquilo em que não colidirem com a proteção especial instituída pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pela Constituição da República de 1988. Considerando a sistemática adotada pela CLT (Arts. 372 a 401), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A empregada que adotar adolescente não terá direito à licença-maternidade.
- B) Cada hora do período noturno de trabalho das mulheres terá cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
- C) A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de cento e vinte dias, sem prejuízo do emprego e do salário.
- D) Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.

Questão 59

Constituem obrigações impostas ao empregador proceder à anotação da extinção do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do empregado, bem como realizar a comunicação determinada aos órgãos competentes, além de efetivar o pagamento das verbas rescisórias até dez dias contados a partir do término do contrato (Art. 477 da CLT). A extinção do contrato de trabalho pode se dar em razão de falta praticada por uma das partes. Entre as hipóteses legais previstas na CLT, considera-se justa causa do empregado:

- A) Ato de probidade.
- B) Hábito de embriagar-se, mesmo fora do horário e do local de trabalho.
- C) Ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, em caso de legítima defesa.
- D) Condenação criminal do empregado, passada em julgado, ainda que tenha havido suspensão da execução da pena.

Questão 60

Excetuando o caso de existir pessoal organizado em quadro de carreira ou plano de cargos e salários, corresponderá igual salário a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, sendo idêntica a função. Estão entre os requisitos para caracterização do trabalho de mesmo valor, para fins de equiparação salarial, EXCETO:

- A) Igual produtividade.
- B) Mesma perfeição técnica.
- C) Diferença de tempo na função não superior a três anos.
- D) Diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não superior a quatro anos.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; será constituída de 1 (uma) dissertação sobre tema da atualidade. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de 1 (um) ponto a cada linha abaixo do limite mínimo exigido em Edital. As linhas que excederem ao limite máximo serão desconsideradas para fins de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruer em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em Edital, bem como identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	18 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	12 pontos
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Redação.	

Texto I

A partir de agosto deste ano, os manicômios judiciais existentes no Brasil deverão suspender a entrada de novos pacientes. E, até maio de 2024, todos os estabelecimentos deverão ser desativados, em definitivo. É isso o que determina a Resolução 487/2023 do CNJ, vigente desde maio. O texto estabelece procedimentos e diretrizes para efetivar, no Judiciário brasileiro, a Política Antimanicomial.

A proposta foi instituída em 2001 pela Lei nº 10.216, mas, na prática, pessoas consideradas inimputáveis pela Justiça e que foram sujeitas à medida de segurança, continuaram a ser encaminhadas para instituições conhecidas por HCTPS – Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

Relatório de dezembro de 2022 da Secretaria Nacional de Políticas Penais aponta que, das 832.295 pessoas presas no Brasil, 1.869 estão internadas em medida de segurança nos 27 hospitais de custódia existentes no país. Com o fechamento dos hospitais, o destino dos custodiados e daqueles que aguardam julgamento tornou-se objeto de intenso debate. Assim, a Resolução do CNJ, criada após um lapso temporal de 22 anos, foi editada a fim de dar efetividade à política antimanicomial prevista na lei.

(Migalhas Quentes. Acesso em: 07/2023.)

Texto II

O Conselho Federal de Medicina, a Associação Brasileira de Psiquiatria, a AMB – Associação Médica Brasileira e outras entidades, em maio de 2023, assinaram manifestação contra o fechamento dos hospitais. Essas entidades apontam riscos para a segurança pública.

Faltam sete dias para, 5.800* criminosos (matadores em série, assassinos, pedófilos, latrocidias, dentre outros) sentenciados que cumprem penas em Hospitais Psiquiátricos de Custódia comecem a soltos se valendo do disposto na Resolução nº 487 do Conselho Nacional de Justiça. Esse documento é um perigo para a população brasileira, pois determina o fechamento desses Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e diz que todas essas pessoas (criminosos) voltariam para a sociedade e fariam tratamento junto com a comunidade, se assim, essas pessoas quiserem.”

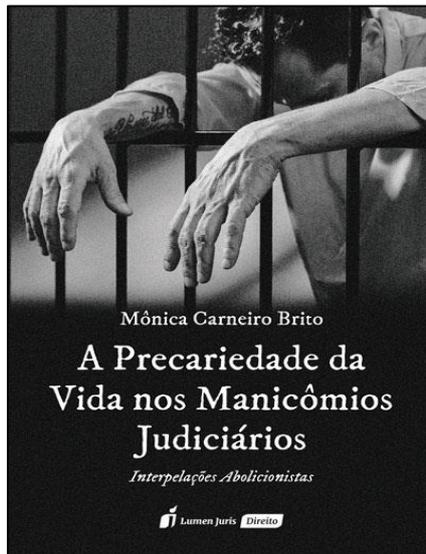
(Canal Ciências Criminais. Acesso em: 07/2023.)

Texto III



(Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=seHgapUbcq0>.)

Texto IV



(Disponível em: <https://lumenjuris.com.br/direito-penal-e-criminologia/precariedade-da-vida-nos-manicomios-judiciarios-a-2023-3916/p>.)

Produza uma dissertação, com base nos textos motivadores, tendo como tema:

“Fim dos manicômios judiciais, problema ou solução?”

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares e etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos. Serão aplicadas Provas Discursivas para todos os cargos, sendo 1 (uma) dissertação para o cargo de Técnico em Informática; Analista Administrativo; Analista Jurídico; Analista de Sistemas; e, Auxiliar Contábil e 1 (uma) questão discursiva para o cargo de Advogado, Fiscal Contador e Contador.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou o material incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. A prova terá duração de 5 (cinco) horas para todos os cargos. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e para a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato somente poderá retirar-se do local de provas a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados relativos à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.